



PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 859/97

Cria o Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Jerônimo Monteiro, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de normas gerais para a sua implantação.

Art. 2º - O atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Jerônimo Monteiro será feito através das Políticas Sociais Básicas da Educação, Saúde, Recreação, Esporte, Cultura, Lazer, Profissionalização, Assistência Jurídica e outras, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 3º - À criança e ao adolescente deste Município, será prestada Assistência Social, em caráter supletivo.

Art. 4º - Fica instituída a Guarda Mirim neste Município, que será regulamentada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente supervisionar e organizar o funcionamento dos serviços mencionados nos artigos 2º e 4º desta Lei.

TÍTULO II

DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 6º - A Política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será assegurada pelos seguintes Órgãos:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;

III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

DA CRIANÇA E NATUREZA DO CONSELHO

Art. 7º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos do art. 88, inciso I, II, III e IV da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), como órgão deliberativo e controlador de ações em todos os níveis.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 8º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a execução das ações, a captação e a aplicação dos recursos;

II - Zelar pela execução dessa Política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhanças e dos bairros ou da zona rural que se localizem;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

III - Formular prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município e que possa afetar as suas deliberações a esta Lei;

V - Registrar as Entidades não-Governamentais de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente que mantenham os programas seguintes:

- a) orientação e apoio sócio-familiar
- b) apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) colocação sócio-familiar;
- d) abrigo;
- e) liberdade assistida;
- f) semi-liberdade;
- g) internação.

VI - Registrar os programas a que se refere o Inciso anterior das Entidades Governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII - Regulamentar, organizar, coordenar e adotar providências que julgar cabíveis para a eleição e posse dos membros do Conselho Tutelar do Município e o seu funcionamento;

VIII - Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder-lhes licença, nos termos do respectivo Regimento Interno e declarar vago o posto por perda de mandato nas hipóteses previstas nesta Lei;

IX - Elaborar seu Regimento Interno;

X - Gerir o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, alocando recursos para programas das Entidades Governamentais e repassando verbas para as não-Governamentais;

XI - Baixar Portarias e Resoluções, quando necessário.

SEÇÃO III

DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 9º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de 08(oito) representantes



PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

recondução por igual período, sendo:

I - 02(dois) representantes da Secretaria de Saúde e Assistência Social, 01(um) representante da Secretaria de Educação e Cultura e 01(um) representante do Poder Executivo;

II - 04(quatro) representantes de Entidades Comunitárias que trabalham direta ou indiretamente com a criança.

Art. 10 - A função dos membros e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente, indicados pelos Órgãos e Entidades supra citados, é considerada de interesse público relevante, sem remuneração e vínculo empregatício.

Art. 11 - Caberá ao Secretário Municipal da Saúde e Assistência Social oficial aos Órgãos e entidades referidas no artigo 9º, no sentido de que indiquem seus representantes no Conselho, no prazo improrrogável de 30(trinta) dias anteriores ao término de cada biênio.

Art. 12 - Findo o prazo do artigo anterior, o Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social transmitirá a relação dos indicados ao Chefe do Poder executivo, que designará dia e hora para a sessão solene de posse dos Conselheiros titulares e suplentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Assim composto o Conselho, seus membros reunir-se-ão em seguida e elegerão, dentre seus pares, o Presidente, o Vice-Presidente, o Secretário e o Tesoureiro, que dirigirão o Conselho pelo prazo de 02(dois) anos.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

DA CRIANÇA E NATUREZA DO FUNDO

Art. 13 - Fica criado o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, como Órgão captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho, ao qual é vinculado. *serão depositados em estabelecimentos bancários oficiais, em conta específica, em nome do Município de Jerônimo Monteiro*



PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONSTITUIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 14 - O fundo Municipal da Criança e do Adolescente será constituído de:

I - Dotações e suplementações consignadas no orçamento anual do município;

II - Doações de Entidades Nacionais e Internacionais, Governamentais ou não, voltadas para a defesa da criança e do Adolescente;

III - Doações de particulares;

IV - Contribuições voluntárias;

V - Recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - Convênios com Entidades Governamentais;

VII - Produto de venda de materiais, publicações e eventos realizados;

VIII - Produto de aplicações financeiras;

IX - Outros recursos que lhes forem destinados;

X - Multas.

SEÇÃO III

DA COMPETÊNCIA DO FUNDO

Art. 15 - Compete ao Fundo Municipal:

I - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;

II - Registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou doações ao Fundo;

III - Manter o controle escritural das aplicações financeiras, levadas a efeito no Município, nos termos da resolução do Conselho dos Direitos;

IV - Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos.

Art. 16 - O fundo será regulamentado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Art. 17 - Os recursos do Fundo Municipal da criança e do Adolescente serão depositados em estabelecimentos bancários oficiais, em conta específica, em nome do Município de Jerônimo Monteiro, sob a administração do Conselho Municipal dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

Art. 18 - Fica criado, neste Município, o CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Órgão instituído na Lei Federal nº 8.242/91, e que tem caráter permanente e autônomo, devendo a sua instalação reger-se por esta Lei e pelas normas que forem estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO II

DOS MEMBROS E DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

(alterado) 1.490/13
Art. 19 - O Conselho Tutelar será composto de 05(cinco) membros titulares para mandato de 03(três) anos, admitida uma reeleição por novo período.

lei alterado 1.429/2004
PARÁGRAFO ÚNICO - Com os Conselheiros titulares serão eleitos 05(cinco) suplentes, que substituirão os titulares nos impedimentos, afastamentos ou em caso de renúncia.

Art. 20 - A função de membro do Conselho Tutelar é considerada de interesse público relevante, sem remuneração e vínculo empregatício.

Art. 21 - Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo atendimento dos direitos da criança e do adolescente, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto Memorista (Lei Federal nº 8.069/90).

Art. 22 - O Conselho Tutelar atenderá informalmente as partes, mantendo o registro das providências adotadas em cada caso, consignando em ata apenas o especial.

Art. 23 - O Conselheiro que, por ocasião do pleito eleitoral tiver o maior número de votos será o Presidente do Conselho Tutelar, cabendo-lhe, via de consequência, a Presidência das Sessões.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na falta ou impedimento do Presidente, assumirá o conselheiro mais idoso.

Art. 24 - O Conselho Tutelar manterá um dos conselheiros permanentemente de plantão, no período de 12 às 17 horas, salvo situações de emergência, em que o Presidente do Conselho



PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

de rodízio entre os conselheiros.

Art. 25 - O Conselho Tutelar, sempre que julgar necessário, poderá eleger, dentre os seus membros, um conselheiro para exercer a função de Secretário, cujas atribuições e exercício serão regidos pelo Regimento Interno do Conselho.

SEÇÃO III

DAS ESCOLHAS DOS CONSELHEIROS

Art. 26 - São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade mínima de 21(vinte e um) anos;

III - Residir no Município a pelo menos 02(dois) anos;

PARÁGRAFO ÚNICO - Não podem candidatar-se ao Conselho, membros do Ministério Público, dos Poderes Legislativo, Executivo, e Judiciário Municipal, Estadual e Federal e seus parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau.

Art. 27 - Os conselheiros serão eleitos pelo voto direto e facultativo dos eleitores do Município, em eleição regulamentada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com a presente Lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos prever a composição de chapas, sua forma de registro, forma e prazo para impugnações, registro de candidatos, processo eleitoral, proclamação dos eleitos e posse dos conselheiros.

Art. 28 - O processo eleitoral de escolha dos membros do Conselho Tutelar será presidido pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, facultada a fiscalização pelo Órgão do Ministério Público local ou por quem este for indicado.

Art. 29 - Os candidatos eleitos serão proclamados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos e tomarão posse no cargo de conselheiros titulares e suplentes no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os candidatos eleitos para a primeira gestão do Conselho Tutelar, serão empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente até 72(setenta e duas) horas após a proclamação do



PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 30 - Ocorrendo a vacância do cargo, ou impedimento de algum conselheiro, o Presidente do Conselho Tutelar convocará o suplente na ordem de votação obtida.

SEÇÃO IV

DOS IMPEDIMENTOS E DA PERDA DO MANDATO

Art. 31 - São impedidos de serem membros no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro, genro e nora, irmão, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho.

Art. 32 - Perderá o mandato o conselheiro que for condenado por sentença irrecorrível ou por falta grave, assim considerado e descumprimento grave e reiterado de obrigação própria de sua função.

SEÇÃO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Art. 33 - São atribuições do Conselho Tutelar:

I - Organizar seu funcionamento simultâneo e permanente;

II - Elaborar proposta de Regimento Interno para o cumprimento das atividades-fins do conselho, submetendo-o à apreciação do colegiado;

III - Elaborar proposta orçamentária, conforme deliberação do colegiado, a ser encaminhada à autorização Municipal competente para inclusão no orçamento do Município;

IV - Providenciar apoio, quando necessário, aos Conselheiros Tutelares;

V - Promover estágios, encontros, seminários para discutir as suas ações, troca de experiências, ação conjunta e avaliação periódica;

VI - Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas estabelecidas no art. 101, I a VII, todos da Lei Federal nº 8.069/90;

VII - Atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas constantes do art. 129, I, VII do mesmo Estatuto;

VIII - Promover a execução de suas decisões, podendo



PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

a) Requisitar a execução de serviços públicos nas áreas de Saúde, Educação, Serviço Social, Previdência, Trabalho, Segurança e outros;

b) Representar junto à autoridade competente nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IX - Encaminhar ao Órgão do Ministério Público local, notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

X - Encaminhar ao Ministério Público local, notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal praticada por criança ou adolescente;

XI - Providenciar o cumprimento da medida estabelecida pela autoridade Judiciária, dentre as previstas para o adolescente autor de ato infracional;

XII - Expedir notificações;

XIII - Requisitar certidões de nascimento e de óbito de crianças e adolescentes, quando necessário;

XIV - Assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XV - Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220 § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XVI - Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do Pátrio poder;

XVII - Manter registro sucinto do atendimento e das providências adotadas em cada caso;

XVIII - Reunir-se mensalmente em sua sede, de tudo lavrando-se ata, inclusive, apresentando relatório semestral de suas atividades ao Órgão do Ministério Público local;

SEÇÃO VI

DA ATUAÇÃO DOS CONSELHEIROS

Art. 34 - Os conselheiros atuarão permanentemente na forma desta Lei e segundo resoluções baixadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, basicamente em sessões plenárias e em plantões de serviços (conforme o art. 24 desta Lei).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35 - Para a formação do primeiro Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente os seus membros serão eleitos por um Colégio Eleitoral composto de representantes das entidades comunitárias assistenciais, das Igrejas, dos Clubes sociais e recreativos, Loja Maçônica, de um representante do Poder Executivo e de um representante do Poder legislativo municipal, de livre indicação de cada entidade ou órgão.

PARÁGRAFO 1º - O chefe do Poder Executivo convocará a formação do Colégio Eleitoral no prazo de 30(trinta) dias da publicação desta Lei.

PARÁGRAFO 2º - Reunido, o Colégio Eleitoral baixará o Regimento Interno do processo de eleição dos membros do primeiro Conselho Tutelar.

Art. 36 - Uma vez empossados os Conselheiros e constituída a Diretoria do Conselho, os membros, no prazo de 30(trinta) dias, elaborarão o Regimento Interno, que será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para o ato de homologação.


Art. 37 - O Município manterá um escritório de apoio administrativo para os fins previstos nesta Lei podendo, para tanto, ceder servidores públicos para um perfeito funcionamento dos Conselhos instalados, com atendimento ao público no horário comercial.

Art. 38 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar para atender às despesas e encargos decorrentes do cumprimento desta Lei e a especificar dotação orçamentária especial para atender ao custeio das atividades do Conselho Tutelar.

Art. 39 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 40 - Revogam-se as disposições em contrário, inclusive a Lei Municipal nº 758/93 de 02 de dezembro de 1993.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jerônimo Monteiro-ES, em 18 de agosto de 1997.


ARY DE OLIVEIRA PORTO
Prefeito Municipal